TEXTO BASE
3º CONGRESSO CTB

AVANÇAR NAS MUDANÇAS COM VALORIZAÇÃO DO TRABALHO

ANHEMBI - SÃO PAULO
22, 23 E 24 DE AGOSTO DE 2013

3 CONGRESSO CTB

Central dos Trabalhadores
e Trabalhadoras do Brasil

A CONJUNTURA INTERNACIONAL

01 - A crise do capitalismo iniciada em 2007 nos EUA, que depois migrou para a Europa com repercussões em todo o mundo, é a maior da história e já consumiu mais de 15 trilhões de dólares, dinheiro injetado a pretexto de debelar as turbulências, mas que na verdade teve o objetivo de salvar os bancos e o sistema financeiro, principais responsáveis pela crise.

02 – A crise expõe as contradições do sistema capitalista. Antes, tivemos a pregação neoliberal que advogava a liberalização do "deus mercado" e o Estado mínimo, agora lançam mão dos recursos públicos e de uma intervenção governamental inédita para salvar bancos e grandes empresas falidas. As medidas agravaram os problemas. Os recursos financeiros que sobram para salvar o sistema são os mesmos que faltam à classe trabalhadora. Castigada com o desmantelamento do chamado estado de bem-estar social, é esta quem está pagando a conta.

03 – Os efeitos colaterais mais notáveis das políticas adotadas por esses governos foram o tsunami monetário denunciado pela presidenta Dilma, que acirra a guerra cambial e comercial, e a explosão da dívida pública e dos desequilíbrios fiscais e comerciais na Europa e EUA, fatos que elevaram a crise a um novo patamar.

04 – A Europa vive uma encruzilhada histórica. Países como Grécia, Portugal, Irlanda e Espanha, entre outros, perderam a soberania sobre as políticas monetária, cambial e fiscal e aplicam os pacotes da troika (FMI, Banco Central Europeu e UE). O objetivo é desmantelar o Estado de Bem-Estar Social e reduzir o custo do trabalho para recompor e ampliar os lucros capitalistas, recuperar competitividade e enfrentar a concorrência asiática. Isto significa redução dos salários, desemprego em massa (que na Grécia e Espanha é o ingrato destino de mais de 50% dos jovens), aumento da jornada de trabalho, privatizações, flexibilização dos contratos, aumento de impostos para os pobres, cortes nos gastos governamentais, precarização dos serviços públicos. A receita neoliberal da troika agrava a crise ao reduzir as dimensões dos mercados internos. É visível o aguçamento da luta de classes em toda a região e especialmente nos países mais endividados. Ao longo dos dois últimos anos foram realizadas dezenas de greves gerais e manifestações de massa contra os pacotes ditados pelo FMI na Grécia, Portugal, Espanha e outros países. O movimento sindical é o principal protagonista da resistência à receita recessiva da troika. O decadente capitalismo europeu já não é compatível com o bem-estar social e a soberania das nações.

05 – Embora global, a crise se manifesta de modo desigual nas diferentes nações e regiões do planeta, acentuando os efeitos do desenvolvimento desigual. Nisto reside sua característica política mais relevante. Os estragos são maiores na Europa, especialmente nos países naufragados na dívida externa (submetidos à troika); nos Estados Unidos e no Japão. A China, mesmo desacelerando, não parou de crescer e registra expansão média do PIB em torno de 9% a.a desde 2007. A Ásia, de uma forma geral (excetuando Japão), saiu-se bem melhor até agora.

06 - Ao fortalecer o poderio econômico da China, em ascensão há décadas, e aprofundar o declínio dos EUA e Europa, a crise acelerou o deslocamento do poder econômico global do chamado Ocidente para o Oriente. A China já é a maior potência industrial e comercial do mundo, fato que repercute na geopolítica e na balança do poder mundial, pois reflete o processo de esgotamento da ordem econômica imperialista oriunda dos acordos celebrados em Bretton Woods (EUA, 1944), que sacramentaram a hegemonia estadunidense. A crise econômica converge e se entrelaça, deste modo, com uma crise de caráter geopolítico em gestação, de tal modo que com ela se confunde. É muito mais uma crise dos EUA, da Europa e do Ocidente do que da China, Índia ou do Oriente.

07 – Desta realidade emana a necessidade objetiva de uma nova ordem geopolítica. Em certa medida o mundo já vive um processo de transição nesta direção, embora o futuro não seja desenhado de antemão. A criação e consolidação do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) como bloco econômico e político, que já responde por mais de 50% do crescimento mundial. Os acordos celebrados recentemente na cúpula da África do Sul para a realização de transações comerciais e financeiras com base nas moedas próprias, excluindo o dólar, criação de um banco de desenvolvimento e um fundo monetário do grupo, sinalizam a construção de um novo sistema monetário. Trata-se de novas articulações econômicas e instituições alternativas à atual ordem, fundada na hegemonia do dólar e em órgãos como o FMI e Banco Mundial que, sob a máscara do multilateralismo, são dominadas pelos EUA e União Europeia e servem os interesses imperialistas do chamado Ocidente.

TEMPO DE TRANSIÇÃO NA AMÉRICA LATINA

08- Após as derrotas impostas ao neoliberalismo com a eleição de vários líderes progressistas, começando por Chávez na Venezuela em 1998, a América Latina vive um novo cenário político sintonizado com a transição para uma nova ordem mundial. Também por aqui é notório e sensível o declínio econômico e político dos EUA, bem como o avanço da China e também da diplomacia brasileira. As iniciativas de integração em curso nos países da região, associadas às políticas de redistribuição da renda e redução das desigualdades sociais, estão desenhando um novo arranjo geopolítico, na contramão do projeto imperialista dos EUA.

09 – A nova ordem regional vai se definindo em oposição ao projeto neoliberal e imperialista dos EUA, através da negação do projeto da Alca; do combate aos acordos bilaterais de livre-comércio e a outras iniciativas estimuladas e comandadas pelo império; do esvaziamento da OEA com a criação da Celac, hoje presidida por Cuba; da ampliação do Mercosul; do fortalecimento da Unasul; da rica experiência da Alba e de outros acontecimentos do gênero.

10 – Hugo Chávez, comandante da revolução bolivariana, teve um papel central nas iniciativas de integração latino-americana. Sua morte prematura dia 5 de março deste ano, aos 58 anos, comoveu a Venezuela e as forças progressistas e antiimperialistas na América Latina e em todo o mundo. Seu exemplo de coragem e determinação, que despertou a ira da mídia a soldo do imperialismo, continuará inspirando a luta dos povos pela libertação nacional e social, contra o capitalismo e pelo socialismo.

EM DECADÊNCIA, EUA FICAM MAIS AGRESSIVOS

11- O crescimento das relações comerciais e financeiras com a China (que desde 2009, depois de deslocar os EUA, é a principal parceira do Brasil), embora gerando tensões e contradições no setor industrial, está reduzindo a dependência comercial e financeira dos países latino-americanos em relação aos EUA, respaldando um projeto de integração alternativo, contra-hegemônico. A criação do banco de desenvolvimento, do fundo monetário do Brics, bem como a exclusão do dólar nas transações econômicas, podem nos livrar das garras do FMI, do Banco Mundial e da ditadura do dólar. Não é sem razão que a China é vista como uma ameaça à hegemonia dos EUA na região, historicamente considerada como um mero quintal do império.

12 – Diante da decadência econômica, as potências capitalistas recorrem cada vez mais ao poder militar para manter a hegemonia. As guerras que infernizam a vida dos povos na África e no Oriente Médio (Mali, Iraque, Afeganistão, Líbia, Síria) são obras do imperialismo, crimes que os governos dos EUA, França, Inglaterra e Otan cometem para expropriar as riquezas naturais dessas nações (petróleo, ouro, diamante, urânio) sob a máscara da guerra ao terror, defesa dos direitos humanos, liberdade e democracia. A mentira, a hipocrisia, a inversão da realidade e a dupla moral reveladas nas provocações diuturnas contra o Irã e a Coreia do Norte, a cumplicidade com os crimes praticados por Israel contra os palestinos e o infinito cinismo das potências capitalistas são amplamente respaldados pela mídia burguesa em todo o mundo, o que transforma a máxima de que a primeira vítima da guerra é a verdade numa cruel realidade. A potência hegemônica (EUA) conta com mais de 800 bases militares instaladas em mais de 50 países e ostenta, hoje, uma supremacia militar incontestável e sem rival.

13 - Nossa América Latina não está à margem dos riscos embutidos na crescente agressividade do imperialismo, que por aqui se manifesta na reativação da 4ª Frota, na instalação de novas bases militares na Colômbia e no Panamá, nos golpes em Honduras e no Paraguai, nas iniciativas golpistas na Venezuela, Equador e Bolívia. No plano econômico, depois da derrota da Alca, os EUA buscaram outros meios de impor seu projeto imperialista e sabotar as iniciativas de integração regional, negociando acordos de livre comércio com alguns países e estimulando a Aliança do Pacífico (que reúne México, Colômbia e Chile, países onde ainda conta com governos aliados) em oposição ao Mercosul e à expansão comercial e financeira da China na AL.

14 – O acordo comercial entre Estados Unidos e União Europeia, anunciado recentemente por Barack Obama, também é uma reação à ascensão da China e ao fortalecimento do Brics. Pode se revelar, porém, um abraço de afogados, já que o declínio das potências ocidentais reflete desequilíbrios estruturais e não parece muito propenso à reversão. O império manobra para recuperar a liderança sobre as transações comerciais, que perdeu para a China. Essas iniciativas e a exacerbação da agressividade e ameaças militares são sinais de que o caminho na direção de uma nova ordem internacional, a exemplo do que ocorreu com outras transições geopolíticas no passado, não será pacífico.

DEFESA DO SOCIALISMO E DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

15- A crise revela os limites históricos do modo de produção capitalista e contribui para evidenciar os riscos de barbárie que o imperialismo encerra, configurados nas duas guerras mundiais que ceifaram mais de uma centena de milhões de vidas no século 20 e, atualmente, na crescente agressividade dos EUA e da Otan. Avulta, neste contexto, a necessidade de reiterar a propaganda e intensificar a luta pela paz e pelo socialismo, ideal maior da classe trabalhadora.

16- A CTB, a exemplo da FSM, compreende que só o socialismo pode trazer uma solução definitiva para as perturbações recorrentes da economia e os retrocessos sociais que se verificam inevitavelmente sob o capitalismo, bem como evitar a possibilidade de guerra abrir caminho para uma paz perene entre os povos, com absoluto respeito ao direito das nações à autodeterminação.

17- A luta em defesa classe trabalhadora no Brasil passa pela integração da América Latina a partir da América do Sul. É imperioso participar deste processo e rechaçar os tratados de livre comércio e outras iniciativas dos EUA para manter o domínio da região; lutar, através do Encontro Sindical Nossa América (ESNA), para elevar o nível de intervenção política e o protagonismo da classe trabalhadora, do sindicalismo e dos movimentos sociais no processo em curso.

18- Defender projetos nacionais de desenvolvimento com integração e valorização do trabalho na região, com a concepção de uma integração antineoliberal, no espírito da Alba, democrática, soberana e solidária, a caminho do socialismo, comandada pelos Estados e não pelos mercados, visando à redistribuição da renda e o bem-estar social em todas as nações que constituem a Nossa América. Batalhar pela viabilização do Banco do Sul, respaldar as iniciativas do Brics e outras que desenham uma nova arquitetura financeira mundial e regional alternativa ao FMI, Banco Mundial e BID. Defender a ampliação dos investimentos em infraestrutura para viabilizar a integração física.

19- Merece destaque a luta pelo Estatuto da Cidadania do Mercosul, que realça a necessidade de ampliar a unidade e a mobilização da classe trabalhadora, sindicatos e movimentos sociais e globalizar as lutas sociais na região e universalizar os direitos sociais. Não queremos apenas uma área de livre circulação de mercadorias e capitais, almejamos liberdade e igualdade para todos os seres humanos que habitam a região. É preciso cobrar o fim do criminoso bloqueio dos EUA contra Cuba, defender a soberania argentina sobre as Malvinas, a retirada de todas as bases militares dos EUA no subcontinente e das tropas estrangeiras no Haiti, bem como, o imediato fechamento de Guantánamo.

A CONJUNTURA NACIONAL

01 - A conjuntura nacional está estreitamente entrelaçada com a conjuntura internacional e não pode ser bem compreendida isoladamente. Os efeitos da crise mundial na economia brasileira transparecem no comportamento do PIB, que caiu 0,6% em 2009, registrou forte recuperação em 2008 (7,5%) e desaceleração em 2011 (2,7%) e 2012 (0,9%), num cenário agravado pela recessão da indústria e a preservação de uma política fiscal e cambial conservadora.

02 - Os problemas são amenizados pelas políticas de valorização do trabalho, combate à miséria e melhor distribuição da renda, patrocinadas pelo governo popular e democrático iniciado em 2003 e que perdura até hoje, assim como pelas medidas de proteção à indústria, redução da taxa de juros e do spread, investimentos em infraestrutura e no PAC, entre outras. Graças a essas iniciativas, apesar da desaceleração da economia e do recuo da indústria, a renda do trabalho continuou em alta, alimentando o consumo doméstico e fomentando um crescimento de 8,4% das vendas no varejo em 2012. A taxa média de desemprego nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE desceu a 5,5% no ano passado, a menor da série histórica iniciada em 2003, quando bateu em 12,3%. Todavia, o baixo crescimento econômico reduziu em 41,94% o número de novos postos de trabalho com carteira assinada criados em 2012 em relação a 2011.

UM CICLO DE MUDANÇAS PROMISSOR

03 – Nos 10 anos de governo progressista, iniciados em 2003 com a posse de Lula, o Brasil vivenciou mudanças políticas e sociais significativas. O projeto neoliberal capitaneado pela coligação PSDB/DEM foi derrotado e interrompido. O povo brasileiro conquistou vitórias históricas nas eleições de 2002, 2006 e 2010, tendo o movimento sindical participado ativamente e em geral de forma unitária nessas batalhas. Um ciclo de mudanças promissor está em curso, sintonizado com o novo cenário político da América Latina e é o ponto de partida para as transformações sociais mais profundas demandadas pela nação. Os governos Lula e Dilma, integrados por partidos de esquerda, centro e centro-esquerda, abriram espaço para maior participação e protagonismo político da classe trabalhadora e seus representantes. As centrais foram legalizadas, a reforma trabalhista tucana foi arquivada, e reivindicações relevantes do sindicalismo, como a política de valorização do salário mínimo e a extensão dos direitos ao trabalho doméstico, foram contempladas. A ideia de um projeto nacional de desenvolvimento, desprezada pelos neoliberais, foi retomada e o PIB cresceu 40,7% entre 2003 e 2011. Lula encontrou uma herança maldita, o neoliberal FHC deixou o país quebrado nas mãos do FMI, recuado para a 10ª posição no ranking mundial das maiores economias e com uma taxa de desemprego superior a 20%. Hoje, o Brasil é a sexta maior economia do mundo.

04 – O governo eleito em 2002 mudou a política externa, rejeitou o servilismo diante dos EUA e Europa que caracterizou a diplomacia tucana e adotou uma postura altiva e soberana, que confrontou a Alca, priorizou a integração latino-americana, a ampliação e fortalecimento do Mercosul, a intensificação do comércio Sul-Sul e a parceria estratégica com a China e outros membros do Brics. O Brasil, hoje, já não está de joelho frente ao imperialismo; é uma nação muito mais respeitada e influente na comunidade internacional.

05 – Apesar da preservação de certo conservadorismo na política econômica, o governo progressista procura um caminho de desenvolvimento alternativo ao modelo neoliberal derrotado em 2002. Criaram-se novas regras para exploração do pré-sal e milhões de brasileiros e brasileiras foram resgatados da miséria absoluta e do desemprego.

06 – A distribuição da renda nacional melhorou sensivelmente, inclusive nos anos de crise, e a desigualdade social, embora ainda elevada, recuou ao menor patamar desde os anos 1960, basicamente em função da expansão da renda do trabalho. A população com renda domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza despencou de 24,4% em 2003 para 10,2% em 2011.

07 – A direita neoliberal, capitaneada pela dupla PSDB/DEM, sofreu notável esvaziamento político. Mantém, ainda, forte influência entre as elites econômicas, no Poder Judiciário e, especialmente, na mídia burguesa, que dita a agenda da oposição e se transformou no principal instrumento da direita brasileira e da ideologia e interesses do imperialismo. Opõe-se a todas as iniciativas progressistas do governo seja em relação à política externa, saudosa da postura servil frente aos EUA, ou no plano doméstico, adotando um tom ostensivamente hostil ao governo e seus aliados no Congresso Nacional, difamando a Petrobras, que pretendia mas não conseguiu privatizar, e pressionando pela alta dos juros, a pretexto de combater a inflação. Assim desenha o caminho da oposição para as cruciais eleições de 2014. Contra o ciclo de mudanças unem-se o imperialismo e seus aliados locais, as forças conservadoras doutrinadas no neoliberalismo, os rentistas e os monopólios midiáticos, empenhados em acirrar a luta política com obscuros propósitos golpistas. A possibilidade de retrocessos não pode ser desprezada e para barrá-la é essencial a unidade das forças progressistas e do movimento sindical.

PEDRAS NO CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

08 – Apesar dos avanços e conquistas ocorridas ao longo dos últimos 10 anos, ainda são muitos os obstáculos no caminho de um novo projeto nacional de desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho defendido pelas centrais sindicais. O governo insiste numa orientação macroeconômica conservadora (muito embora tenha reduzido os juros), estabelecendo metas de superávit fiscais recessivas e mantendo o compromisso com o câmbio flutuante que, em associação com a manipulação do câmbio pelos EUA e Europa através da política monetária, é apontada por especialistas como a principal causa da desindustrialização em curso na economia brasileira. O fraco desempenho do PIB tem muito a ver com a política macroeconômica e enfraquece a posição do Brasil no mundo e na América Latina, além de comprometer os avanços.

09 – O processo de desnacionalização da economia tem avançado de forma preocupante nos últimos anos. No ano passado, 296 empresas nacionais foram adquiridas por capitalistas estrangeiros. Em 2011, foram 208 e em 2010, 175. As operações de fusões e aquisições traduzem o processo de concentração e centralização do capital pelo globo. Investidores dos EUA, alavancados pela política monetária expansionista do Federal Reserve (o banco central estadunidense, que oferta juros a 0% e promove o chamado tsunami monetário), estão entre os maiores beneficiários da desnacionalização, mas foram as empresas chinesas que mais investiram em fusões e aquisições no Brasil entre 2009 e 2011.

10 – Embora negligenciado pela equipe econômica do governo, este processo é nocivo para o desenvolvimento nacional por mais de uma razão: obstrui o desenvolvimento tecnológico do país, visto que a decisão sobre o investimento dos lucros obtidos no país, especialmente em pesquisa e tecnologia, ocorre nas matrizes; estimula a desindustrialização, pois no setor industrial as empresas adquiridas priorizam a compra de componentes e bens intermediários no exterior em detrimento da indústria nacional. As aquisições ampliam o passivo externo, as remessas de lucros e dividendos ao exterior e o déficit em conta corrente. As remessas cresceram mais de cinco vezes entre 2004 e 2011, perfazendo o valor acumulado de 404 bilhões de dólares no período. O efeito mais nocivo da remessa de lucros às matrizes reside na sua contribuição para a redução da taxa de investimentos interna e, por consequência, do potencial de crescimento do PIB.

11 – Associado à desnacionalização, a desindustrialização da economia é outro grave obstáculo ao desenvolvimento. Em 1985, segundo estatísticas do IBGE, a indústria de transformação respondeu por 27,2% do valor adicionado à economia brasileira (PIB). Já em 2012, o percentual tinha caído a 13,3%, o menor desde 1958. O nível de emprego no setor declinou 28% entre 1985 e outubro de 2010. O governo Dilma tomou medidas para incentivar a produção industrial, embora sem abandonar o compromisso com o câmbio flutuante, apontado por muitos como principal causa da baixa competitividade da indústria instalada no Brasil, que fechou o ano 2012 com a produção em queda de 0,8% em relação a 2011. Mais preocupante foi o comportamento dos investimentos (aquisição de máquinas, equipamentos e realização de obras de construção civil), que declinaram 4% no ano, estacionando em 18,1% do PIB, segundo o IBGE.

12 – A indústria tem sido e é o principal motor do desenvolvimento das nações na história moderna e contemporânea. A ascensão da China à condição de primeira potência comercial do planeta, depois que o valor da sua produção industrial superou a dos EUA, é uma prova vigorosa disto. Inversamente, o declínio do poderio econômico relativo da maior potência capitalista do globo está estreitamente associado à desindustrialização. A ideia de que vivemos uma sociedade pós-industrial ou uma "economia do conhecimento" não tem correspondência na realidade. Não se pode negligenciar a relevância de defender, proteger e estimular o setor.

13 – Também têm de ser enfrentadas as ameaças ao pacto federativo decorrentes das desigualdades regionais e assimetria na distribuição dos recursos públicos. Mais de 60% dos impostos arrecadados no país são concentrados na União, os estados ficam com 24% e os municípios com 14%, tendo de arcar com serviços extorsivos da dívida pública. A polêmica em torno da redistribuição dos royalties do pré-sal, que hoje beneficiam os estados produtores (Rio, Espírito Santo e São Paulo), e a chamada guerra fiscal acentuam os dilemas nesta esfera. Já a Lei de Responsabilidade Fiscal se transformou numa camisa de força para grande número de municípios e estados, sendo urgente revogá-la ou flexibilizá-la, bem como renegociar as dívidas com a União.
14 – Não houve avanço na direção das reformas estruturais demandadas pelas forças progressistas e os movimentos sociais: reforma agrária, reforma política, reforma urbana, reforma tributária, reforma educacional e reforma dos meios de comunicação. A paralisação da reforma agrária, bandeira histórica dos movimentos sociais e forças progressistas, é particularmente frustrante.

15 – O empresariado, com forte influência junto aos poderes constituídos e respaldado inclusive por setores do sindicalismo nacional, continua pressionando pela realização de uma reforma trabalhista, pleiteando o fim ou a flexibilização da CLT (que neste ano completa e comemora 70 anos) e defendendo o princípio da prevalência do negociado sobre o legislado.

16 – A desoneração da folha de pagamento para vários setores e ramos da economia brasileira subtrai recursos do INSS e pode comprometer a Previdência Pública, favorecendo interesses privados.

17 – O Ministério do Trabalho vem sendo submetido a um contínuo processo de esvaziamento, apesar dos protestos e alertas das centrais sindicais.

18 – É preciso notar que o relacionamento entre o movimento sindical e o governo Dilma não foi dos melhores em 2012. Sinais disto, entre outros, foram o confronto com o funcionalismo, as dificuldades de audiência e diálogo com a presidenta, a ausência de consulta aos trabalhadores para a elaboração de projetos que afetam os interesses da classe (rodovias, ferrovias, energia, portos e aeroportos), em contraste com o tratamento VIP dispensado aos donos do capital, beneficiados com uma controvertida política de concessões, através das chamadas Parcerias Público Privadas (PPPs) no setor de infraestrutura, que abre caminho à privatização, restringe o papel do Estado no desenvolvimento nacional e constitui um precedente perigoso. Felizmente, a audiência concedida aos presidentes das centrais após a 7º Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília e o discurso proferido pela presidenta no congresso da Contag, em que prometeu acelerar a reforma agrária, sinalizou uma mudança positiva de conduta. Na audiência com os presidentes das centrais, dia 6 de março, a presidenta se comprometeu a trabalhar pela regulamentação da Convenção 151 da OIT e expressou apoio à luta pelas 40 horas semanais.

19 – Para dar continuidade ao ciclo inaugurado pelo governo Lula e avançar nas mudanças com valorização do trabalho, é imperioso ampliar a capacidade de mobilização e o protagonismo político da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, que devem marchar unidos na luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento.

LUTAR PELA AGENDA DA CONCLAT

20 – Na atual conjuntura, a CTB, em aliança com as demais centrais, deve lutar pela concretização da agenda por um novo projeto de desenvolvimento com valorização do trabalho, soberania e democracia, aprovada na 2ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), realizada em junho de 2010 no estádio do Pacaembu em São Paulo.

21 – Para avançar nas mudanças com valorização do trabalho é preciso mobilizar forças, participar ativamente nas eleições de 2014 visando barrar o risco de retrocesso neoliberal, eleger em todos os níveis candidatos identificados com os interesses e ideais da classe trabalhadora e defender uma repactuação política. Esta deve envolver os partidos progressistas, sindicatos e movimentos sociais, setores do empresariado e da chamada sociedade civil, em torno de um novo projeto de desenvolvimento nacional e levantando as seguintes bandeiras:

a- Redução constitucional da jornada para 40 horas semanais sem redução de salários;

b- Aprofundar a mudança na política macroeconômica visando: maior redução das taxas de juros e spread; fim do superávit primário e da DRU; ampliação dos investimentos públicos; controle do câmbio, do fluxo de capitais e taxação das remessas de lucros;

c-Universalização das políticas públicas, garantindo saúde e educação de qualidade para todos; 10% do PIB para educação pública e 10% do orçamento da União para o SUS;

d- Ratificação da Convenção 158 e regulamentação da Convenção 151 da OIT;

e- Rigorosa regulamentação da terceirização; proibição da terceirização no setor público, onde o preenchimento de novos postos de trabalho deve ser precedido por concursos;

f- Fim do fator previdenciário e revalorização das aposentadorias e pensões;

g- Fim da discriminação contra mulheres, negros e jovens no mercado de trabalho;

h- Reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar;

i- Reforma tributária progressiva, com taxação das grandes fortunas e heranças;

j- Aprofundamento da democracia: reforma do Judiciário; reforma e democratização da mídia; financiamento público exclusivo das campanhas políticas para coibir a ação do poder econômico e aprofundamento da democracia participativa;

k) O desenvolvimento preconizado pela Conclat não pode ser resultado da destruição da Natureza. Ao mesmo tempo em que defende a proteção ao meio ambiente, a CTB se diferencia de grupos ambientalistas, com financiamento externo e movidos por interesses obscuros, que fazem do ambientalismo uma bandeira de oposição ao desenvolvimento nacional, como se vê especialmente no ramo hidrelétrico.

22 – Ao mesmo tempo, a CTB deve desenvolver a luta contra a desnacionalização da economia brasileira, reivindicando regras mais rígidas para o ingresso de capital estrangeiro no país e as aquisições estrangeiras, que pouco ou nada contribuem para o aumento da taxa de investimento e a expansão das forças produtivas nacionais. É inadmissível que o Brasil seja um dos únicos países do mundo a não cobrar imposto sobre as remessas dos lucros e dividendos das multinacionais ao exterior. É preciso restringir e taxar essas remessas, destinando os impostos arrecadados à ampliação dos investimentos públicos em educação e infraestrutura, o que vai contribuir para a elevação da taxa de investimentos. Pressionar pela aprovação da PEC que reintroduz na Constituição a distinção entre empresas brasileiras e estrangeiras, proposta pelo dirigente da CTB e deputado federal Assis Melo (PCdoB-RS).

23 – Interligado à desnacionalização, a desindustrialização é outra grande ameaça ao futuro do país. Não restam dúvidas de que o crescimento da China beneficiou o Brasil, assim como outros países da América Latina e do Brics, por seus impactos positivos nos preços relatos das commodities e os termos do intercâmbio mundial de mercadorias. Mas o relacionamento comercial com a nova potência asiática, que em 2009 passou a ser nossa principal parceira comercial, também encerra riscos para a indústria aqui instalada e estimula a reprimarização da economia, pois é baseada na exportação de produtos primários e importação de industrializados, reproduzindo a divisão internacional do trabalho de caráter neocolonial que tanto criticamos. Faz-se necessário adotar uma nova política industrial e aprofundar as medidas de proteção e incentivo às empresas nacionais, privilegiando os ramos que desenvolvem tecnologia de ponta. A desindustrialização é um problema que antecede a crise e decorre das distorções inerentes ao atual modelo de desenvolvimento.

24 – A relevância da bandeira da democratização dos meios de comunicação cresce na medida em que a mídia hegemônica (ou burguesa) escancara sua parcialidade e reacionarismo político, hostiliza os movimentos sociais, buscando criminalizar as lutas, e toma partido ostensivamente a favor da direita neoliberal e do imperialismo.

25 – A luta pela igualdade entre homens e mulheres, negros e brancos, adultos ou jovens é essencial. A discriminação no mercado de trabalho, com salários inferiores para mulheres, negros e jovens, é um meio que o capitalismo usa para aumentar os lucros intensificando a exploração da força de trabalho.

26 – O mercado de trabalho brasileiro, não obstante os avanços recentes, é ainda marcado pelo elevado grau de flexibilização e precarização. Cerca de 50% dos trabalhadores e trabalhadoras são informais. O trabalho de crianças e menores adolescentes ainda é uma realidade para milhões. O trabalho escravo também não foi erradicado. Além disto, o país convive com índices escandalosos de rotatividade da mão de obra. Para contornar esses problemas é essencial ratificar a Convenção 158 da OIT, aprovar a PEC contra o trabalho escravo, punir a exploração do trabalho infantil, regulamentar o princípio constitucional que impede as demissões imotivadas, bem como o que prevê a proteção do trabalhador face aos efeitos da automação, que sob o capitalismo, em vez de reduzir jornada, é fonte de desemprego e desqualificação profissional.

70 ANOS DA CLT E DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS

27 – O projeto nacional da classe trabalhadora é substancialmente distinto do projeto e propostas do empresariado, embora existam convergências pontuais, como ficou demonstrado no Grito de Alerta realizado no primeiro semestre do ano passado. Em nome do aumento da produtividade e da competitividade, os capitalistas advogam a redução dos direitos sociais e a depreciação do trabalho. É o que sugere, por exemplo, a proposta de reforma trabalhista (regressiva e neoliberal) da CNI. Em oposição ao neoliberalismo, a agenda da Conclat considera a valorização do trabalho como uma fonte de desenvolvimento via fortalecimento do mercado interno, o que ficou suficientemente demonstrado pela experiência dos últimos dez anos. O sindicalismo classista não pode e nem vai abrir mão desta concepção progressista.

28 – A ofensiva do capital contra o trabalho é um fenômeno global que se verifica também por aqui, malgrado a mudança do cenário político. Está na ordem do dia a defesa da manutenção e ampliação dos direitos sociais. Neste ano a CLT completa 70 anos sob o fogo cerrado do capital. Realizar uma grande campanha em defesa da CLT e da manutenção e ampliação dos direitos sociais é tarefa que a CTB e o sindicalismo nacional devem se propor ao longo deste ano. A fonte dos direitos sociais é a luta da classe trabalhadora contra a opressão capitalista.

29- O sindicalismo classista defende o fortalecimento do Estado nacional numa perspectiva popular, conferindo-lhe um novo papel, em oposição à concepção neoliberal de Estado mínimo. Em âmbito nacional, na promoção do desenvolvimento, e igualmente no processo de integração da América Latina e no desenho de uma nova ordem mundial, o Estado tem um papel central a desempenhar. A crise do capitalismo neoliberal ajuda a evidenciar esta realidade, revelando os limites e desequilíbrios da iniciativa privada e do mercado. Neste sentido, é preciso recuperar a capacidade de investimento e planejamento do setor público, bem como valorizar e ampliar o quadro de servidores públicos, resgatando o desenvolvimento e crescimento profissional na carreira.

A LUTA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

01. Liderado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que neste ano celebra 50 anos, o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais conquistou importantes vitórias ao longo dos últimos anos. A unidade, defendida de forma firme e consequente pelos dirigentes da confederação – que se consolida como a maior entidade camponesa da América Latina –, com 20 milhões na base, foi essencial aos êxitos.

02. A Contag sempre lutou pela justiça e democracia no Brasil. Foi para as ruas contra a ditadura militar, em defesa da anistia, na mobilização pelas eleições diretas e na convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Durante a elaboração da Constituição Federal de 1988, realizou diversas mobilizações em defesa dos direitos da categoria e conquistou políticas que melhoraram a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

CONQUISTAS

03. Consciente de seu papel e importância no cenário político, a entidade também atuou de forma decisiva para as eleições do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta Dilma Rousseff, sem comprometer a sua independência, autonomia e capacidade de crítica e de mobilização durante estes governos. Protagonizou a luta pela reforma agrária e conseguiu assentar milhares de famílias sem terra.

04. Com o Grito da Terra Brasil, conquistou políticas como o Pronaf, PAA e PNAE, o que fortaleceu e valorizou nossa agricultura familiar, hoje exemplo para todo o mundo. Melhorou a qualidade de vida e de produção dos agricultores e agricultoras familiares. Consequentemente, aumentou a produção de alimentos, garantindo a soberania e a segurança alimentar do Brasil.

05. A Contag liderou greves, negociou e conquistou acordos e dissídios coletivos para melhorar as condições de trabalho e a remuneração dos assalariados e assalariadas rurais. A categoria conquistou políticas públicas de proteção social, com a inclusão dos rurais no Regime Geral da Previdência Social, garantindo a igualdade de direitos entre urbanos e rurais e entre homens e mulheres do campo.

06. Consagrou o Sistema Único de Saúde (SUS) e conquistou recentemente o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). A partir de 2009 foi implementado o Programa Nacional de Habitação Rural, através do Ministério das Cidades, que facilita a aquisição da casa própria no campo.

07. Muito já foi feito e conquistado e isto precisa ser devidamente valorizado, pois é parte da história. Porém, ainda resta muito a fazer para que todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais tenham terra, trabalho, meios de produção e proteção social, para que possam viver com dignidade e respeito no campo brasileiro.

08. O movimento não pode e não vai parar de lutar enquanto houver pobreza, desigualdade e injustiça social no campo brasileiro. É preciso reconhecer e reafirmar a importância dos diversos sujeitos políticos para o fortalecimento do movimento sindical e para a sociedade brasileira.

JOVENS E MULHERES

09. Cumpre destacar o papel desempenhado pelas mulheres trabalhadoras rurais, pela juventude e pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais da terceira idade. A capacidade de mobilização é realçada no Grito da Terra Brasil (que neste ano vai realizar sua 19ª edição), na Marcha das Margaridas, no Festival da Juventude e na Marcha dos Assalariados e Assalariadas Rurais.

10. Mas são enormes os desafios que precisam ser enfrentados. Apesar de todas as lutas e conquistas, estas não foram suficientes para romper com a atual estrutura agrária, que concentra a maioria das terras na mão de poucos. Este modelo agrário é o mais injusto do mundo e responsável pela violência no campo e pelo assassinato de centenas de trabalhadores rurais e dirigentes sindicais.

11. Atualmente caracterizado de agronegócio, tal modelo prioriza a agroexportação promovida por grandes empresas capitalistas e vem excluindo milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais do campo, aumentando a violência, intensificando a superexploração dos assalariados e provocando a degradação ambiental. Ele está na contramão do projeto de desenvolvimento rural para o Brasil defendido pela Contag.

12. O enfrentamento da crise mundial exige do nosso governo mais que criatividade e força política. Exige decisão política sobre o modelo de desenvolvimento que desejamos para o Brasil. O movimento liderado pela Contag vem construindo e implementando o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). É um projeto político que tem como pilares estruturadores a realização da reforma agrária ampla e massiva e a valorização da agricultura familiar, com o objetivo estratégico e central de promover a soberania alimentar e melhorar as condições de vida e trabalho.

13. Os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma vêm implantando políticas de inclusão social, com instrumentos importantes de transferência de renda, tirando milhões de famílias da miséria e pobreza extrema. Porém, não se percebe a mesma postura de enfrentamento ao atual modelo agrícola e à estrutura agrária atrasada e perversa, responsável pela violência e pobreza no meio rural.

REFORMA AGRÁRIA

14. É uma vergonha para o Brasil ter ainda milhares de trabalhadores e trabalhadoras vivendo sob lonas pretas, em beiras de estradas. Nossos trabalhadores despossuídos querem um pedaço de terra para trabalhar, sustentar a família e ajudar o país a produzir alimentos.

15. É preciso superar os problemas históricos deste modelo agrário e adotar políticas estruturantes para o campo, revendo a atual política de reforma agrária. É urgente e necessário que a presidenta Dilma e seu governo encarem esta realidade, levando em conta as propostas e contribuições da Contag.

16. É preciso, também, ampliar e efetivar políticas que visem o fortalecimento da agricultura familiar, voltadas para a soberania e a segurança alimentar. Temos conquistados políticas importantes para a Agricultura familiar a exemplo do Pronaf, PAA e PNAE, porém elas precisam ser revisadas, atualizadas para que possam atender todos os agricultores.

17. É imprescindível que a Embrapa, maior empresa de pesquisa do país, tenha por princípio a pesquisa e a geração de um novo padrão tecnológico, que seja sustentável, pautado na agroecologia e adequado para a agricultura familiar. É preciso implantar uma Política Nacional de Assistência Técnica, interligada com a pesquisa e a geração de tecnologias, que apoie efetivamente a produção e comercialização da agricultura familiar.

18. Urge, igualmente, realizar um programa de formação para as nossas cooperativas e associações melhorarem sua capacidade de produção e comercialização.

ASSALARIADOS

19. Os trabalhadores assalariados e assalariadas rurais enfrentam graves problemas como a informalidade, o trabalho precário e o trabalho escravo, além da redução dos postos de trabalho no campo em virtude da mecanização e, consequentemente, o desemprego.

20. A garantia do direito ao trabalho decente no campo é condição fundamental para a superação da pobreza e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Por isso, é urgente que a presidenta Dilma implante a Política Nacional para os Assalariados e Assalariadas Rurais, a partir das propostas apresentadas e negociadas com a Contag.

21. O país vivencia uma das maiores secas do semiárido nordestino. O esforço do governo em adotar medidas para debelar o problema é positivo, mas é preciso dizer que estas têm sido insuficientes e o que chega para as famílias atingidas são apenas migalhas.

22. É preciso que o governo efetive uma política de convivência com o semiárido e uma política consistente de caráter emergencial para atender e apoiar as famílias vítimas das calamidades naturais, que têm castigado nossos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

23. A manutenção da representação unitária dos agricultores familiares e assalariados do campo, assim como da unicidade sindical, é essencial. A CTB jogou um grande papel neste sentido, protagonizando o processo de desfiliação da CUT e preservação de uma confederação autônoma, bem como na defesa da unicidade e da Contribuição Sindical.

24. No 11º Congresso da Contag, realizado em março deste ano, a preservação da autonomia, bem como a unidade na diversidade, foi um claro sinal de maturidade e de responsabilidade por parte das forças políticas que compõem as instâncias do MSTTR. O resultado foi uma chapa unitária encabeçada pelo companheiro Alberto Broch.

25. Além de reiterar o caráter independente da confederação em relação às centrais, o Congresso sublinhou o compromisso de estabelecer e fortalecer alianças estratégicas com a classe trabalhadora urbana e o conjunto do movimento sindical brasileiro, especialmente com a CTB e CUT, e praticar um sindicalismo classista, independente, autônomo, democrático, unitário e solidário.

EDUCAÇÃO FAZ A DIFERENÇA NO DESENVOLVIMENTO

01. Cada vez mais, na medida em que cresce a importância da ciência no processo produtivo, a educação e qualificação da classe trabalhadora faz a diferença no desenvolvimento relativo das nações.

02. O nível de escolaridade pesa na determinação do grau relativo de produtividade e competitividade da economia, valor do PIB e da renda per capita, bem como na forma de inserção das nações na divisão internacional do trabalho, que se manifesta principalmente por meio do intercâmbio de mercadorias no comércio exterior.

ESCOLARIDADE E DIVISÃO INTERNAICONAL DO TRABALHO

03. O trabalho complexo, qualificado, que agrega mais valor durante a jornada produzindo mercadorias industrializadas e alta tecnologia, em geral é realizado nos países mais ricos, ao passo que aos mais pobres é reservado o trabalho simples, relativamente desqualificado e menos intensivo em valor, como ocorre com a produção de commodities.

04. A educação do povo brasileiro tem avançado, mas as carências são gritantes e o atraso relativo do país ainda é vergonhosamente grande. O nível médio de escolaridade da população economicamente ativa cresceu ao longo dos últimos anos, passando de 6,2 anos no ano 2000 para 7,5 anos em 2012, mas ainda se situa bem abaixo do padrão médio dos países mais desenvolvidos, que fica em torno de 10 a 12 anos.

05. De acordo com o Ipea, nos anos 1990 cerca de 16% das crianças entre 7 e 14 anos estavam fora da escola, enquanto na primeira década deste século o índice caiu para 4% e atualmente está na faixa dos 2%. Todavia, a evasão escolar ainda é preocupante principalmente na faixa entre 15 a 17 anos. Em 2009. o Pnad indicava a existência de 14 milhões de analfabetos.

06. A universalização do ensino avançou significativamente no país, mas a qualidade da educação não evoluiu na mesma direção. A educação também tem muito a ver com a desigualdade na distribuição da renda nacional. Estudos indicam que em 1992 os 10% mais ricos do país tinham escolaridade 4,5 vezes maior que a dos 10% mais pobres. Em 2009 esta diferença era menor, mas ainda expressiva: 3,2 vezes.

07. Especialistas estimam que a elevação da escolaridade explica 26% da queda na desigualdade de renda no Brasil (medida pelo índice Gini) entre 2001 e 2009. O trabalhador com maior acesso à educação e qualificação agrega mais valor nas cadeias produtivas, contribuindo assim para maior expansão do PIB e da renda per capita. Também é mais bem remunerado, o que justifica a crescente preocupação dos assalariados brasileiros com o tema.

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO

08. A melhoria da qualidade da educação é um dos principais desafios. Neste caso, a valorização do trabalho revela-se uma das condições para o desenvolvimento nacional. A valorização profissional passa não só pela melhoria das condições de trabalho, com escolas bem equipadas, materiais suficientes para garantir o processo de ensino e aprendizagem, mas também pelo cumprimento da Lei 11.738/22008.

09. A hora-atividade, que destaca um terço da jornada remunerada para a formação, deve ser efetivada, bem como os planos de carreira e outras demandas do magistério, que estão em sintonia com o projeto de desenvolvimento nacional. Com isto teremos uma educação de qualidade.

10. “Sem a valorização do professor não há qualidade na educação”, conforme frisou o ministro da Educação, Aloizio Mercadante. O valor do piso nacional assegurado pela Lei 11.738/22008, neste ano em R$ 1.567,00, é modesto, não corresponde sequer ao salário mínimo necessário calculado pelo Dieese, mas é um avanço que despertou a ira retrógrada da oposição neoliberal.

11. Embora sancionada pelo ex-presidente Lula em 2008, a nova legislação só passou a vigorar plenamente em 2011, após sentença do STF. Ainda hoje não é respeitada em todo território nacional. É preciso lutar para mudar esta realidade, criar condições financeiras e políticas para que todos os entes da federação paguem o piso e instituam planos de carreira da categoria. O reconhecimento dos funcionários das escolas é uma questão relevante pelo importante papel que exercem no processo de construção de uma educação de qualidade.

12. Em relação ao ensino privado, cujo objetivo maior (senão exclusivo) é o lucro, é imprescindível uma forte regulamentação do Estado, que não deve ser apenas um agente fiscalizador, mas controlador e elaborador de marcos legais que impeçam a expansão desqualificada do ensino que se verifica hoje.

13. A abertura do capital de instituições de ensino superior na Bolsa de Valores amplificou o processo de mercantilização da educação. Para reverter este quadro urge aprovar o Sistema Nacional de Educação. É igualmente necessário coibir a desnacionalização do setor, além de regulamentar o ensino privado.

EDUCAÇÃO NÃO DEVE SER MERCADORIA

14. A educação não deve ser tratada como mercadoria, conforme ressalta a campanha nacional realizada pelas entidades representativas dos profissionais da área, em aliança com os estudantes. Nas escolas privadas, porém, é este o caráter que adquire, ou seja, a educação se transforma numa mercadoria, num valor de troca que se adquire com dinheiro.

15. É necessário ofertar educação pública de qualidade, gratuita, em todos os níveis. Esta é uma bandeira que interessa de perto à classe trabalhadora. Também requer empenho dos governos e mobilização das forças progressistas.

16. Merece atenção especial o investimento no desenvolvimento científico e tecnológico do país, o que está associado ao fortalecimento da indústria de defesa. A carência de força de trabalho neste terreno transparece, por exemplo, na formação de engenheiros no Brasil. O Brasil possui apenas 2,4 engenheiros para cada mil habitantes, ao passo que o Japão tem 17, a China 13,8, os EUA, 9,5 e a Alemanha, 7,6. A categoria tem um papel estratégico, crucial, para o desenvolvimento.

17. Em função desta carência cresce o apelo à “importação” de mão de obra qualificada e pressões para mudar a legislação sobre imigração para facilitar o ingresso de trabalhadores estrangeiros no país. Isto não soluciona o problema e causa novas preocupações e conflitos no movimento sindical.

18. A presidenta Dilma tem investido na educação profissional, técnica e tecnológica (Pronatec), ampliando a qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras, dos cursos e instituições federais de educação. É fundamental uma política permanente, democraticamente debatida, para fortalecer a educação profissional, técnica e tecnológica pública e de qualidade.

INVESTIR NO MÍNIMO 10% DO PIB

19. Superar os obstáculos na educação passa pelo aumento substancial dos investimentos públicos. Daí a luta para elevar o valor dos gastos com educação a 10% do PIB e destinar 100% dos royalties do petróleo e 50% do fundo social do pré-sal, dos royalties das mineradoras e da energia elétrica para o setor.
20. Superar os obstáculos na educação passa pelo aumento substancial dos investimentos públicos. Daí a luta para elevar o valor dos gastos com educação a 10% do PIB e destinar 100% dos royalties do pré-sal a esta finalidade.

21. A educação também é fundamental para despertar a consciência social e a consciência de classe dos trabalhadores e trabalhadoras. Esta é mais uma razão pela qual a CTB e as demais centrais lutam pela universalização da educação pública, laica, obrigatória e gratuita.

22. A Conferência Nacional da Educação (Conae), convocada para 2014, merece atenção especial dos sindicalistas classistas, que devem participar ativamente em todas as instâncias do processo da conferência, advogando o fortalecimento do ensino público gratuito, o Plano Nacional de Educação e um sistema articulado nos três níveis da Federação. Temas como gestão democrática, formação dos profissionais da educação, financiamento e construção do Sistema Nacional de Educação serão debatidos.

23. É imperioso que o Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação no Senado Federal, seja aprovado ainda este ano mantendo o texto aprovado na Câmara Federal.

24. A CTB também deve lutar para transformar em projeto de lei no Congresso Nacional a proposta aprovada na 2ª Conclat de destacar uma parte da jornada remunerada dos trabalhadores e trabalhadoras para a educação, visando à elevação da escolaridade, bem como formação político-sindical e qualificação profissional.

BALANÇO, AÇÃO E DESAFIOS DA CTB

01. O movimento sindical e a classe trabalhadora brasileira conquistaram importantes vitórias ao longo dos últimos dez anos: política de valorização do salário mínimo, aumentos reais nas negociações coletivas, derrota da reforma trabalhista proposta pelo governo FHC, legalização das centrais, elevação do índice de sindicalização, extensão dos direitos trabalhistas às domésticas, redução da taxa de juros. O índice de sindicalização, que tinha caído de 16,7% para 16,1% nos anos neoliberais (1992 a 1999), avançou para 17,7% em 2009. Unidade e luta explicam os resultados positivos.

02. É gritante a diferença em relação ao período anterior, em que reinava o neoliberalismo e os sindicatos foram constrangidos à defensiva, lutando para reduzir perdas. Em 2003, apenas 18% dos acordos de convenções coletivas obtiveram um reajuste igual ou superior à taxa de inflação. Desde 2004 essa porcentagem vem aumentando, refletindo o crescimento das mobilizações e greves num novo ambiente político e há anos que cerca de 90% dos acordos e convenções consagram reajustes acima da taxa de inflação, o que configura um período de recuperação do salário real.

03. A 7ª Marcha da Classe Trabalhadora realizada no dia 6 de março de 2013, em Brasília, reuniu cerca de 50 mil trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. A manifestação resgatou a agenda aprovada na 2ª Conclat por um novo projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, soberania e democracia.

04. A marcha foi mais uma demonstração de que a unidade potencializa a força e a capacidade de mobilização das centrais, elevando com isto o protagonismo político da classe trabalhadora. Logo após a marcha, os presidentes das centrais foram recebidos pela presidenta Dilma Rousseff, a quem entregaram os documentos com as propostas aprovadas na 2ª Conclat. A presidenta se comprometeu com a regulamentação da Convenção 151 da OIT e expressou apoio à luta pelas 40 horas semanais.

05. Os avanços são sensíveis, mas não devem obscurecer as debilidades do sindicalismo nacional, sua frágil organização, baixa capacidade de mobilização e certa burocratização. As mobilizações gerais ainda são tímidas. A pluralidade de ideias e concepções políticas em seu interior é natural e saudável, mas não deixa de ser preocupante observar lideranças importantes flertando com a direita neoliberal. Tal conduta joga água no moinho das forças que advogam o retrocesso.

DEFESA DA UNIDADE

06. A CTB nasceu num cenário político novo, marcado pela derrota eleitoral da direita neoliberal no Brasil, com a eleição e reeleição de Lula e a vitória de forças progressistas em vários outros países da América Latina. Resulta de uma ampla composição de forças, que compreende os sindicalistas originários da Corrente Sindical Classista (CSC), Sindicalismo Socialista Brasileiro (SSB), independentes, federações estaduais e sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, confederações, federações e sindicatos de marítimos e portuários.

07. A consolidação da unidade dessas diferentes forças é vital à existência e fortalecimento da CTB. A democracia interna, a transparência e a permanente busca do consenso são práticas cotidianas que caracterizam o sindicalismo classista e avalizam a unidade na diversidade. A defesa da unidade talvez seja a principal marca da CTB.

08. A concepção classista advoga a mais ampla unidade do sindicalismo e dos movimentos sociais. Por isto, a CTB participa ativamente do Fórum das Centrais e de suas lutas unitárias com a compreensão de que a união do sindicalismo nacional já não é possível nos marcos de uma única central. É imperioso buscar a unidade dentro da diversidade entre as diferentes centrais. Isto também significa a defesa da unicidade sindical contra concepções que, em nome do pluralismo e da liberdade, promovem a divisão e o desmembramento das bases.

09. Este esforço tem dado resultados positivos, potencializando a capacidade de mobilização dos trabalhadores e elevando, na prática, o protagonismo da classe, como ficou demonstrado na 7ª Marcha das Centrais Sindicais a Brasília. É necessário aprofundar a unidade, regularizar e planejar o funcionamento do Fórum das Centrais, resgatar a agenda da Conclat e realizar, se possível ainda neste ano, uma Plenária Nacional do Movimento Sindical para compor uma mesa permanente das centrais. O retorno da CUT ao Fórum das Centrais fortalece a ação unitária do movimento sindical.

10. É com este espírito que nossa central classista tem participado de atividades unitárias do 1º de Maio em São Paulo e outros estados. Cada central tem concepções e perfis políticos próprios, mas isto não impede a unidade fundada na defesa dos interesses da classe trabalhadora e orientada pela agenda da Conclat por um novo projeto nacional de desenvolvimento com soberania, democracia e valorização do trabalho.

VITÓRIAS DO SINDICALISMO CLASSISTA

11. Nos anos decorridos desde a realização do seu 2º Congresso, em setembro de 2009, a CTB ampliou sua representatividade e influência sindical e política e logrou relevantes vitórias. Nossa central conta hoje com mais de mil entidades filiadas. Alcançou um índice de representatividade apurado pelo Ministério do Trabalho, em dezembro de 2012, próximo de 10%, representando em torno de seis milhões de trabalhadores e trabalhadoras urbanas e rurais, consolidando sua posição entre as quatro centrais sindicais mais representativas do país.

12. Durante este período cumpre destacar a realização da 2ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), principal bandeira levantada pelos sindicalistas classistas no congresso de 2009. Ocorrido no dia 1º de junho de 2010, o evento reuniu cerca de 30 mil lideranças sindicais da CTB, CUT, FS, NCST e CGTB, no estádio do Pacaembu em São Paulo, e aprovou a agenda da classe trabalhadora por um novo projeto nacional de desenvolvimento orientado por três valores fundamentais: valorização do trabalho, soberania e democracia.

13. Em 2011 foi realizado o primeiro Conselho Geral da CTB, em Atibaia (SP), com a participação de 650 delegados e delegadas de todo pais, sendo 40% mulheres. Na reunião, os conselheiros debateram e rejeitaram a proposta de regulamentação da terceirização que tramitava no Congresso Nacional e aprovaram um plano de lutas.

14. A bandeira do desenvolvimento com valorização do trabalho foi defendida já no Congresso de fundação da CTB, em dezembro de 2007. Após a Conclat, transformou-se numa bandeira comum das centrais, o que constitui uma vitória política do sindicalismo classista advogado e praticado pela CTB.

15. A defesa do desenvolvimento nacional, resguardando e contemplando os interesses da classe trabalhadora, esteve no centro de muitas manifestações e lutas conduzidas unitariamente pelo fórum das centrais, com destacada participação da CTB. Podemos citar, neste sentido, os atos pela redução dos juros e do spread bancário, o Grito de Alerta contra a desindustrialização, que mobilizou nacionalmente dezenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras em março e abril do ano passado.

16. No primeiro semestre do ano passado, a CTB realizou uma campanha nacional em defesa da unicidade e da contribuição sindical, rejeitando e combatendo concepções que, em nome da liberdade, propõem o liberalismo em substituição à unicidade e ameaçam dividir e enfraquecer os sindicatos, subtraindo-lhes também a principal fonte de financiamento.

17. A defesa feita pela CTB do caráter unitário de entidades como a Contag e a Contee, nas quais cresce a influência do sindicalismo classista, resultou na decisão congressual dessas duas organizações sindicais de desfiliar da CUT e manter a autonomia necessária para garantir a unidade.

18. A CTB ampliou sua presença e força no sindicalismo rural defendendo de modo consequente e firme a representação unitária dos agricultores familiares e assalariados, bem como a unicidade sindical, a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar e o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRSS) da Contag. Os classistas tiveram uma participação decisiva no 11º Congresso da Contag, onde já são maioria, bem como na reeleição de seu presidente, Alberto Ercílio Broch, em março de 2013.

19. Merece também destaque a participação da CTB na luta pelo fim do odioso fator previdenciário e pela revalorização das aposentarias e pensões, reivindicações levantadas pela marcha em Brasília, ao lado de outras bandeiras fundamentais como reforma agrária, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, 10% do PIB para a educação, 10% do Orçamento da União para a Saúde, Convenções 158 e 151 da OIT, igualdade de oportunidade para mulheres e homens e ampliação dos investimentos públicos.

20. A luta das mulheres, dos negros e dos jovens pela igualdade e contra a exploração capitalista, que discrimina para rebaixar salários, é central para o sindicalismo classista. Igualmente relevante é o envolvimento nas batalhas políticas visando à eleição de candidatos progressistas comprometidos com os interesses da classe trabalhadora. Em 2010, a CTB apoiou a eleição da presidenta Dilma e propagandeou a agenda da classe trabalhadora. Em 2012, divulgou a plataforma classista orientando os sindicalistas classistas a apoiarem candidatos comprometidos com o povo trabalhador nas eleições municipais e fazer campanha junto às bases.

21. A CTB teve papel destacado na I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho decente, realizada em 2012 sob a influência da crise mundial, da vigência de políticas neoliberais e grande ofensiva do capital. A representação patronal abandonou a Conferência logo no início dos trabalhos, sabotando o esforço realizado durante mais de um ano e meio de tentativas de diálogo tripartite (governo, empresários e trabalhadores). Os representantes dos trabalhadores defenderam a valorização do trabalho e se orientaram pela agenda aprovada na 2ª Conclat. O evento revelou os limites do chamado tripartismo.

22. Cabe destacar o empenho das lideranças classistas para aprovação da PEC contra o trabalho escravo, pela regulamentação da terceirização, contra as práticas antissindicais, em defesa dos 10% do PIB para educação, bem como na luta para que os trabalhadores não paguem a conta da crise do capitalismo.

23. A CTB, que realizou em abril de 2010 o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Públicos Classistas, foi uma das centrais responsáveis pelas maiores greves do funcionalismo publico federal nos últimos três anos, exercendo papel de destaque na paralisação geral de 2012. O protagonismo da nossa central em todas as mesas de negociação com o governo federal é reconhecido pelos trabalhadores.

24. No âmbito internacional, a central classista atuou nas mobilizações lideradas pela FSM e na organização do Encontro Sindical Nossa América (ESNA), que em 2014 realizará sua 6º versão em Cuba. O objetivo central do ESNA é elevar o protagonismo político da classe trabalhadora nas lutas políticas e no processo de integração das Américas do Sul e Latina. Frente à crise sistêmica do capitalismo e às políticas neoliberais recessivas, reiterou a defesa do desenvolvimento com valorização do trabalho, na perspectiva de acumular forças para abrir caminho à superação do capitalismo e construção do socialismo.

COMBATER A BUROCRATIZAÇÃO E ACOMODAÇÃO DAS DIREÇÕES

25. Apesar dos êxitos conquistados, persistem dificuldades e insuficiências que precisam ser superadas. A capacidade de mobilização do movimento sindical brasileiro deixa a desejar. É necessário aprofundar a inserção e organização das entidades nas bases para enfrentar o desafio de envolver e representar o novo contingente de trabalhadores e trabalhadoras resgatados do desemprego e da miséria pelos governos Lula e Dilma, considerado pelos monopólios midiáticos de forma enviesada e equivocada como "classe média". Para fortalecer sua organização, a CTB deve combater a burocratização, o espontaneísmo e acomodação das direções. O planejamento do trabalho e a formação político-sindical são imprescindíveis para a prática de um sindicalismo classista.

26. Para superar a burocratização e o divórcio entre direções e bases é indispensável priorizar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras nos locais de trabalho. Isto significa conferir maior atenção às Cipas, exigir a regulamentação do princípio constitucional (Artigo 11º) que prevê a instituição do representante sindical nas empresas com 200 ou mais empregados, criar comissões sindicais de base, envolver jovens e mulheres na ação sindical e procurar formas de organizar os informais, sem registro em carteira – e, por isto, excluídos hoje das bases da representação sindical. A política de profissionalização dos sindicatos deve ter como critério a necessidade de aprofundar os laços com as bases e não afastar os dirigentes para a sede dos sindicatos em detrimento da ação nos locais de trabalho.

AÇÃO E DESAFIOS

27. A consolidação e fortalecimento da CTB abrem novas perspectivas para a luta da classe trabalhadora em defesa do desenvolvimento com valorização do trabalho, contra a exploração capitalista e pelo socialismo. Os desafios que se colocam ao 3º Congresso começam pela necessidade de fortalecer a organização dos classistas nos estados, filiar novas entidades, estruturar os diversos ramos, setores e segmentos da central, dinamizar a ação das diferentes secretarias, ampliar a política de relações internacionais no interior da FSM, ESNA e CCSCS, participar ativamente das grandes batalhas sociais e políticas do país, com destaque para as eleições gerais de 2014, investir mais na formação classista e melhorar sua qualidade, contribuir para a ampliação da unidade das centrais, intensificando a aliança com o conjunto dos movimentos sociais, reforçar o debate e a compreensão sobre a questão rural, as lutas específicas de mulheres, jovens, negros, aposentados, bem como sobre políticas públicas e institucionais.

28. Destacam-se entre as ações e desafios do sindicalismo classista para o próximo período:

- Constituir um fórum próprio da CTB, em conjunto com entidades dos movimentos sociais cujas lutas estão associadas à da classe trabalhadora, para debater a conjuntura e encaminhar regularmente batalhas unitárias e conjuntas;

- Incorporar jovens, negros, mulheres e aposentados na ação sindical na perspectiva de um sindicalismo classista, de massas e politizado;

- Propor a realização de uma Plenária Nacional Unitária do Movimento Sindical para debater a ação sindical, instalar uma Mesa Permanente das Centrais, visando fortalecer e aprofundar a unidade, definir um eixo estratégico de luta e uma agenda própria e autônoma de lutas unitárias com base nas resoluções da Conclat. Regularizar o funcionamento dos fóruns das centrais, que não deve ser apenas reativo e pautado pela agenda institucional (governo e Congresso);

- Estimular a renovação, incorporando jovens, mulheres e negros e aproximando mais as direções das bases;

- Incorporar a reivindicação da instalação de Comitês Sindicais de Base, com direito à estabilidade sindical, nas campanhas salariais;

- Propor ao Conselho de Relações de Trabalho, em especial da câmara bipartite, o debate sobre a democratização das eleições sindicais; elaborar um Código Eleitoral Democrático, que deve ser transformado em projeto de lei no Congresso Nacional;

- Lutar contra o esvaziamento e pela valorização do Ministério do Trabalho;

- Realizar nos sindicatos campanha permanente de sindicalização; lutar contra as práticas antissindicais e pela democratização nos locais de trabalho;

- Reforçar o internacionalismo e a solidariedade como instrumento da classe trabalhadora no enfrentamento da crise. Fortalecer a FSM e o ESNA; reforçar as Uniões Internacionais de Sindicatos por ramo de atividade (UIS, da FSM);

- Priorizar a comunicação, investir mais na qualidade dos nossos veículos, combater o monopólio da mídia capitalista e realizar gestões para criar veículos de comunicação de massas alternativos, em comum acordo com as demais centrais, os movimentos sociais, partidos e forças progressistas;

- Trabalhar para inserir no movimento sindical o novo contingente da classe trabalhadora que emergiu do desemprego e da miséria, constituído por milhões de assalariados, hoje fortemente influenciados e disputados pela direita neoliberal, que destila sua ideologia através da mídia hegemônica difundindo o falso conceito de "nova classe média", investindo na alienação com o objetivo de afastar esses assalariados das lutas sociais;

- Ampliar a capacidade de mobilização das bases, que hoje deixa a desejar; organizar os trabalhadores nos locais de trabalho, intensificar a formação classista e a comunicação de massas visando construir e elevar a consciência de classe e ampliar a mobilização;

- Propor um funcionamento mais regular do Fórum das Centrais, que não pode ser apenas reativo e pautado pela agenda institucional (do governo e Congresso);

- Defender o desenvolvimento com sustentabilidade ambiental;

- Pleitear a ampliação da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), com a incorporação de todas as centrais sindicais;

- Reiterar a bandeira do socialismo, ideal maior da classe trabalhadora e do sindicalismo classista.

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
Abril de 2013